



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR
DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR
INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO DE TOMAR

LICENCIATURA BI – ETÁPICA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DISCIPLINA DE : **NOÇÕES GERAIS DE DIREITO**

ANO LECTIVO: 2004 / 2005

REGIME : Semestral

CARGA HORÁRIA: (2T+2P)

1º ANO / 1º SEMESTRE

DOCENTES : Equiparado a Professor Coordenador Horácio Lopes

A- PROGRAMA

I- PARTE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

CAPITULO I - NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

- I - Primeira ideia de Direito
- 2 - Leis Normativas e leis jurídicas
- 3 - Estrutura da norma jurídica
- 4 - Direito natural e direito positivo
- 5 - Direito objectivo e direito subjectivo
- 6 - Direito e Estado

CAPITULO II - FONTES DE DIREITO

- I - O problema das fontes do Direito
- 2 - As diferentes acepções de Lei
- 3 - A Lei como uma das fontes de direito positivo



- 4 - Lei material e lei formal
- 5 - Lei constitucional e lei ordinária
- 6 - Elaboração da lei
- 7 - Regulamentos
- 8- Assentos
- 9 - Inexistência jurídica, invalidade e ineficácia da lei
- 10 - Cessação da vigência da lei
- 11- Costume: Noção, requisitos, fundamentos da obrigatoriedade e espécies; problema da admissibilidade do costume como fonte admissibilidade do costume como fonte actual direito português
- 12 - Usos interpretativos e usos supletivos
- 13 - Prova dos usos e costumes
- 14- Doutrina
- 15 - Jurisprudência
- 16- Obrigatoriedade da norma jurídica
- 17 - Equidade

CAPITULO III - RAMOS DO DIREITO E CODIFICAÇÃO

- I - Necessidade da divisão do direito em ramos
- 2 - Direito Internacional e Direito Interno
- 3 - Direito Internacional Privado
- 4 - Direito do Comércio Internacional
- 5 - Direito Público e Direito Privado
- 6 - Ramos do Direito Público e Ramos do Direito Privado
- 7 - Ramos mistos de Direito Público e de Direito Privado
- 8 - Ciências auxiliares do Direito

9 - Direito Comunitário ,

10- A codificação: noção de Código; alguns aspectos históricos; o problema da conveniência da codificação; breve referência aos códigos portugueses do Séc. XIX

11- O Código Civil de 1966: fontes, plano e alterações

12 - Outros códigos

CAPITULO IV - INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEI

I - O problema da interpretação e integração da lei

2 - Interpretação da lei: conceito e necessidade

3- Interpretação legislativa e interpretação literário-filológica

4 - A interpretação como técnica e como arte

5 - Interpretação doutrinal e interpretação autêntica

6 - Especialidades da interpretação autêntica

7 - Elementos da interpretação

8 - Espécies de interpretação quanto ao resultado

9 - Integração das lacunas da lei ,

10- Subjectivismo e objectivismo na interpretação da lei

11 - Aplicação actualista da lei

12 - A Escola do Direito Livre

CAPITULO V - APLICAÇÃO DA LEI NO TEMPO

I - O princípio da irrectroactividade da lei

2 - A teoria dos direitos adquiridos

3 - A teoria das situações jurídicas objectivas e subjectivas

4 - A teoria do facto passado



5 - A teoria das situações jurídicas de execução duradoura e das situações jurídicas de execução instantânea

6 - O art. o 8º do Código Civil de 1867

7- Os artigos 12º e 13º do Código Civil de 1966

8 - Inconstitucionalidade de certas leis retroactivas

CAPITULO VI - APLICAÇÃO DA LEI NO ESPAÇO

1 - Colocação do problema da aplicação da lei no espaço

2 - Linhas gerais da evolução do Direito Internacional Privado

3 - Estrutura e funcionamento das normas de Direito Internacional Privado

4 - Relações entre Direito Internacional Público e o Direito Internacional Privado

5 - Algumas directrizes gerais

6 - Principais regras do Direito Internacional Privado português

CAPITULO VII - ACTUAÇÃO EM COLABORAÇÃO COM A LEI

1 - O interesse como base do Direito

2 - Solidariedade e conflito de interesses

3 - Heteronomia e autonomia

CAPITULO VIII - ACTUAÇÃO CONTRÁRIA À LEI

1 - Acto ilícito; ilícito civil, penal e disciplinar

2 - Violação da norma jurídica: meios preventivos e meios repressivos. Meios compulsórios.

CAPITULO IX – REALIZAÇÃO COACTIVA DO DIREITO

1 - A força ao serviço do Direito

2 - A Administração Pública na realização do Direito; noção e espécies de Polícia

3 - Formas de justiça: privada, pública e arbitral

4 - Organização dos tribunais

5 - Divisão judicial

6 - Competência dos tribunais judiciais

7 - Hierarquia judiciária

8 - O processo civil: modalidades quanto ao fim e quanto à forma. Referência aos procedimentos cautelares

9- Tramitação geral do processo declarativo ordinário

10 - Processos de jurisdição contenciosa e processos de jurisdição voluntária

CAPITULO X - RELAÇÃO JURÍDICA

1 - Generalidades

1.1 - Conceito de relação jurídica

1.2 - Relação jurídica simples e complexa

1.3 - Elementos da relação jurídica

1.4 - Estrutura interna e externa da relação jurídica

1.5 - Localização das relações jurídicas na sistematização do Código Civil de 1966

2 - Sujeitos da relação jurídica

2.1 - Personalidade e capacidade jurídica

2.1.1 - Sujeito de direito. Personalidade jurídica

2.1.2 - Capacidade de gozo ou capacidade de direitos

2.1.3 - Capacidade de exercício de direitos

2.1.4 - Incapacidade de exercício

2.1.5 - Pessoas singulares e pessoas colectivas

2.2 - Pessoas singulares

2.2.1 - Começo da personalidade

2.2.2 - Condição jurídica do nascituro

2.2.3 - Extinção da personalidade

2.2.4 - Comoriência

2.2.5 - Morte presumida

2.3 - Pessoas colectivas

2.3.1- Noção

2.3.2- Pessoas colectivas públicas e privadas

2.3.3- Pessoas colectivas públicas: territoriais e não territoriais

2.3.4- Contribuição do direito privado para o aparecimento e modelação de pessoas colectivas públicas

2.3.5- Pessoas colectivas privadas

3- Objecto da relação jurídica

3.1 - Objecto imediato e objecto mediato

3.2 - Direitos sobre outras pessoas

3.3- Direitos sobre a própria pessoa

3.4- Direitos a um facto

3.5 - Direitos sobre coisas (direitos reais)

3.6- Coisa corpórea

3.6 - Objectos materiais insusceptíveis de apropriação individual

3.8 -Coisas incorpóreas

3.9- Direitos sobre direitos

3.10- Património

3.11 -Patrimónios autónomos

3.12- Patrimónios colectivos

3.13- Universalidades

4 -Facto jurídico

4.1- Função do facto jurídico

4.2 -Factos jurídicos e actos jurídicos

4.3 -Actos lícitos e ilícitos

4.4- Negócio jurídico

4.5 -Actos jurídicos não negociais

4.6- Negócios unilaterais e plurilaterais (contratos)

4.7 -Declarações negociais receptícias e não receptícias

4.8 -Contratos reais quanto à formação e quanto ao efeito

4.9 -Elementos essenciais do contrato

4.10 -Cláusulas acessórios dos contratos

4.11 -Contratos sinalagmáticos e não sinalagmáticos

5- Garantia (noção, remissão)

I I PARTE

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

CAPITULO I

-PRELIMINARES

1 -Obrigação: em sentido amplo, em sentido restrito e em sentido próprio; terminologia

2 -Os problemas da patrimonialidade da obrigação e da autonomia da obrigação

3 -O interesse do credor como fim da obrigação

4 -O princípio da boa fé

5- Distinção entre direitos de crédito e direitos reais

6-Importância do direito das obrigações, localização deste no Código Civil

CAPITULO II -ELEMENTOS DAS OBRIGAÇÕES

I -Sujeitos

2 -Objecto; modalidades e requisitos

3 -Facto jurídico

4- Garantia

5 -Obrigações naturais

CAPITULO III -FONTES DAS OBRIGAÇÕES

I -Conceito e espécies de fontes das obrigações

2 -Contratos : conceito ;regulamentação legal ; liberdade contratual ; formação

2.1- Contrato-promessa

2.2-Pacto de preferência

2.3 - Contrato a favor de terceiro

2.4- Contrato para pessoa a nomear

3 -Negócios unilaterais

3.1 -Carácter excepcional da admissibilidade dos negócios unilaterais como fontes de obrigações

3.2- Promessa pública e concursos públicos

4 -Gestão de negócios

4.1 -Conceito, justificação e requisitos da gestão de negócios

4.2 -Relações a que dá origem a gestão de negócios

5 -Enriquecimento sem causa

6- Factos geradores de responsabilidade extraobrigacional

6.1- Noção de responsabilidade civil

6.2 -Responsabilidade civil, responsabilidade criminal e responsabilidade disciplinar

6.3 -Responsabilidade civil e enriquecimento sem causa

6.4 -Responsabilidade obrigacional e extraobrigacional

6.5 -Localização da responsabilidade civil no Código Civil

III PARTE – DIREITOS REAIS

1 – Direito real (conceito e atributos)

2 – Posse (noção e caracteres) e detenção ou posse precária

3 – Usucapião (noção e modalidades)

4 – Espécies de direitos reais

5 - Propriedade (noção, aquisição e defesa ; modalidades – especial referência à compropriedade e à propriedade horizontal);

6 – Usufruto (noção, constituição e extinção)

7 – Uso e habitação (noção, constituição e extinção)

8 – Direito de superfície (noção, constituição e extinção)

IV PARTE – DIREITO DE FAMÍLIA

1 – Fontes das relações jurídicas familiares

1.1 - Casamento (noção)

1.2 – Parentesco (noção, elementos, linhas, limites e graus)

1.3 – Afinidade (noção, elementos, linhas, graus cessação)

1.4 – Adopção (noção)

2 – Casamento

2.1 - Modalidades

2.2 – Pressupostos da celebração

2.3 – Celebração do casamento civil

2.4 – Invalidade do casamento

2.5 – Regime de bens

2.6 – Simples separação judicial de bens

- 2.7 – Separação judicial de pessoas e bens
- 2.8 – Divórcio
- 3 – Filiação
 - 3.1 Generalidades
 - 3.2 Estabelecimento da maternidade (declaração da maternidade, averiguação oficiosa e reconhecimento judicial)
 - 3.3 Estabelecimento da paternidade (presunção de paternidade e reconhecimento da paternidade)
 - 3.4 Poder maternal (noção, exercício e meios de suprimento)
- 4 – Adopção
 - 4.1 – Generalidades
 - 4.2 – Adopção plena
 - 4.3 – Adopção restrita

V PARTE – DIREITO DAS SUCESSÕES

- 1 – Sucessão (conceito e abertura)
- 2 – Espécies de sucessores
- 3 – Capacidade sucessória
- 4 – Direito de representação
- 5 - Herança (aceitação, repúdio, encargos, petição, administração, liquidação e partilha
 - especial referência à colação)
- 6 – Sucessão legítima
- 7 – Sucessão legítimária
- 8 – Sucessão testamentária

B - REGIME DE AVALIAÇÃO

Média não inferior a 10 valores nas duas frequências faculta a dispensa de exame, com a consequente aprovação.

No exame escrito:

- A classificação inferior a 7 valores implica reprovação;
- A classificação compreendida entre 7 e 9 valores implica a prestação de prova oral;
- A classificação de, pelo menos, 10 valores faculta a dispensa de prova oral, com a consequente aprovação.

No exame oral, a aprovação depende da obtenção de classificação não inferior a 10 valores.

C- BIBLIOGRAFIA

RELATIVA À I PARTE

ALMEIDA COSTA, “Noções de Direito”, 3º ed., Almedina

CASTRO MENDES, “Introdução ao Estado do Direito”, edição revista por Miguel Teixeira Sousa, 1944, Lisboa

DIAS MARQUES, “Noções Elementares de Direito Civil”, 5º ed., 1973

GALVÃO TELES, “Introdução ao Estudo do Direito”, Vol. I, 11º ed., e Vol.II, 10ª ed., Coimbra Editora

GONÇALVES PROENÇA, “Introdução ao Estudo do Direito”, 1995, Universidade Lusíada, Lisboa

M. REBELO DE SOUSA, “Introdução ao Estudo do Direito, 4º ed., 1998, Mem Martins

PAULO OTERO, “Lições de Introdução ao Estudo do Direito”, Vol. I tomo 1.º, 1998, e tomo 2.º, 1999

FERNANDO J. BRONZE, “Lições de introdução ao Direito”, Coimbra Editora, 2002

SANTOS JUSTO, “Introdução ao Estudo do Direito”, Coimbra Editora, 2001

NUNO SÁ GOMES, “Introdução ao Estudo do Direito” IUS, 2001

RELATIVA À II PARTE

ALMEIDA COSTA, “Direito das Obrigações”, 9º ed., Almedina, 2001

DIAS Marques, “Noções Elementares de Direito Civil”, 7º ed., 1992

GALVÃO TELLES , “Direito das Obrigações”, Vols I e II, 1980, 8 Vol.III, 2ª ed., 1991

PESSOA JORGE, “Lições de Direito das Obrigações”, Vols I e II, 1967-1969

“Direito das Obrigações”, 1975-1976, ed. Fotocopiada.

RUI ALARCÃO, “Direito das Obrigações”, Coimbra, 1983

LUÍS M. MENEZES LEITÃO, “Direito das Obrigações”, Vol. I e II, Almedina, 2002

RELATIVA ÀS I E II PARTES

MANUEL S. D. NEVES FERREIRA, “Introdução ao Direito e às Obrigações”, Almedina

RELATIVA À III PARTE

- ÁLVARO MOREIRA – CARLOS FRAGA, “Direitos Reais”, Almedina
- LUÍS CARVALHO FERNANDES, “Lições de Direitos Reais”, Quid Juris
- MENEZES CORDEIRO, “Direitos Reais”, Lex
- OLIVEIRA ASCENSÃO, “Direito Civil-Reais”, Coimbra Editora

RELATIVA À IV PARTE

- ANTUNES VARELA, “Direito da Família”, Petrovy
- FRANCISCO PEREIRA COELHO – GUILHERME DE OLIVEIRA, “Curso de Direito da Família”, Coimbra Editora
- GONÇALVES PROENÇA, “Direito da Família”, Universidade Lusíada

RELATIVA ÀS IV E V PARTES

- DIOGO LEITE DE CAMPOS, “Lições de Direito da Família e das Sucessões”, Lex

RELATIVA À V PARTE

- EDUARDO DOS SANTOS, “Direito das Sucessões” Coimbra Editora
- LUÍS CARVALHO FERNANDES “Lições de Direito das Sucessões”, Quid Juris
- OLIVEIRA ASCENÇÃO, “Direito Civil – Sucessões”, Coimbra Editora
- RABINDRANATH CAPELO DE SOUSA, “Direito das Sucessões”, Coimbra Editora

